



**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA Nº
01/2023 DO FÓRUM DE COMBATE À
CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO
NO ESTADO DE SÃO PAULO/FOCCO-SP,
REALIZADA AOS 12 DE ABRIL DE 2023.**

Aos **12 (doze) dias do mês de abril de 2023**, às **14hs** foi realizada a Reunião Plenária nº 01/2023 do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo – FOCCOSP, coordenada pela Secretaria Executiva, na Gestão de 2023 sob a coordenação do Secretário Executivo, Dr. Wagner de Campos Rosário, Controlador Geral do Estado (CGE), integrante da estrutura do Governo do Estado de São Paulo, conforme disposto na sua legislação, que é o Decreto 57500/2011.

Presentes: Alexandra Comar de Agostini, da Controladoria Geral do Estado; Ana Carolina Barros Vasques, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; André Luiz Barbieri, do Departamento da Polícia Federal; Anneliese Olbrich Buchi Batista Coelho, da Controladoria Geral do Estado; Antonio Carlos Santa Izabel, da Controladoria Geral do Estado; Bibiana Helena Freitas Camargo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Bruno Venturoso, da Polícia Civil do Estado de São Paulo; Camila Moura e Silva, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Carlos Eduardo Nunes Pereira, da Controladoria Geral do Estado; Daniel da Silva Lima, da Controladoria Geral do Estado; Dilson Ferreira da Cruz Júnior, do Tribunal de Contas do Município; Edson Watanabe, do Tribunal de Contas da União em São Paulo; Eli da Silva, da Federação Brasileira de Bancos; Erik Draganov Santos, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Giovana Apuzzo Zappala, da Controladoria Geral do Estado; Helena Pchevuzinske, da Controladoria Geral do Estado; João Carlos Coelho, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras; João Batista Palma Beolchi, da Controladoria Geral do Estado; Karla Regina Ferreira Aquilino, da Controladoria Geral do Estado; Katia Regina Gomes Gatti, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Luiz Antonio Cardoso, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Luiz Felipe Nogueira Giacomello, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Luiz Fernando Rodrigues Pinto Júnior, da Secretaria Especial de Assuntos Eleitorais da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Márcio D'Angelo, da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Makarius Sepetauskas, da Procuradoria Geral do Município de São Paulo; Manuela de Andrade Faria, do



Tribunal de Contas da União em São Paulo; Mateus Camilo Ribeiro da Silveira, da Procuradoria Geral do Estado; Paulo Roberto Palmeira, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Ricardo Kengi Uchima, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Ricardo Tieppo Alves, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Roberto Cesar de Oliveira Viegas, da Controladoria Geral do Estado; Rodrigo Morello Alves, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Ronnye Oliveira Souza, da Controladoria Geral do Estado; Sandro Thadeu Carhel Pinto Vergal, da Polícia Civil do Estado de São Paulo; Sergio de Souza Mario, da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo; Simênia Maciel de Lima, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo; Simone Gonzaga, da Controladoria Geral do Estado; Wagner de Campos Rosário, da Controladoria Geral do Estado; e Waldirene Santana dos Santos, do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo.

Ausentes os representantes dos seguintes órgãos: Advocacia Geral da União; Banco Central do Brasil; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Junta Comercial do Estado de São Paulo; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União; Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Ministério Público Federal; Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo; Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo; Secretaria Municipal de Gestão; Secretaria Municipal de Justiça; Secretaria Nacional de Justiça; Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A sessão foi iniciada com a apresentação do novo gestor da Secretaria Executiva do FOCCOSP, o Controlador Geral do Estado, Dr. Wagner de Campos Rosário que apresentou, também, o Controlador Geral do Estado Executivo, Dr. Roberto Cesar de Oliveira Viegas e o Chefe de Gabinete da Controladoria Geral do Estado, Dr. Daniel da Silva Lima. Com a palavra, o Controlador Geral do Estado e, ainda, Secretário Executivo do FOCCOSP, Dr. Wagner de Campos Rosário cumprimentou a todos e comentou da importância e oportunidade dos órgãos de controle do FOCCOSP poderem trocar experiências, uma vez que existem representantes de entidades de outros poderes. Passando para o primeiro item da pauta, o Dr. Antonio Carlos Santa Izabel, Corregedor da Controladoria Geral do Estado, submeteu a Ata da última Reunião Plenária do FOCCOSP, ocorrida em 23 de março de 2022, que foi aprovada pelo colegiado, tendo apenas uma ressalva de correção de redação, que foi aceita pelo colegiado. No segundo item da pauta, foi sugerida a retomada da anualidade da gestão da Secretaria Executiva do FOCCOSP por outros órgãos integrantes, solicitando ao colegiado que se manifestassem, caso houvesse o interesse em assumir e dar continuidade na gestão de 2023. Comentou que, uma vez que houve um acordo alinhado entre os membros do colegiado, onde a anualidade da gestão



deveria acontecer como já vinha ocorrendo do período de 2015 a 2022, considera salutar a passagem de bastão para outra instituição, pois todos os avanços que ocorreram dentro do Fórum foram bem-sucedidos graças à pronta ação e a participação do colegiado. Pensa que seria bastante oportuno e saudável que essa transmissão da gestão continue conforme acordado. Outros membros do colegiado se manifestaram e ofertaram sugestões, como, por exemplo, o Dr. Sérgio Melo, representante da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado, que sugeriu o estabelecimento de uma ordem, onde cada uma das instituições e entidades pudesse ter a oportunidade de assumir sequencialmente a gestão da Secretaria Executiva por um ano. O Dr. Bruno Venturoso, membro representante da Polícia Civil do Estado de São Paulo, comentou que o período de um ano é consideravelmente curto e sugeriu que a Secretaria Executiva do Fórum se fixasse em um único órgão, na Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, citando como exemplo a ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, que, sob a tutela do Ministério da Justiça e Segurança Pública, vem apresentando sucesso na entrega de seus produtos do desempenho de cada atividade, bem como cogitou a possibilidade de um convite a alguma Secretaria de Estado, como a Casa Civil, para manutenção do FOCCOSP perante a um órgão fixo. E, se possível, submeter essa proposta para votação, pois considera que ficar durante apenas um ano sob a gestão de uma única instituição é um tempo muito curto e sente que isso prejudica um pouco as ações. E, aproveitando a oportunidade, citando a ENCCLA novamente como exemplo, sugeriu que as instituições pudessem apresentar novas ações e se manifestarem se também desejam substituir os atuais coordenadores das ações. O Dr. Luiz Fernando Rodrigues Pinto Junior, Secretário Especial de Assuntos Eleitorais da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP, salientou que já houve um debate profundo a respeito do assunto e que nas plenárias anteriores os membros do colegiado estavam fazendo uma prestação de contas do que cada órgão individualmente faz. E por isso deixou de ter um sentido. Refletiu se estão trabalhando uns com os outros e se o Fórum está sendo importante para as ações. Considera importante encontrar uma saída para essas questões, concordando com a fixação do FOCCOSP em um órgão independente via assembleia Legislativa ou um decreto para o Governador. Assim as instituições vão indicando os seus representantes. O Dr. Dilson Cruz, membro representante do Tribunal de Contas do Município considerou um momento atípico dentro do Fórum do FOCCOSP e defendeu a manutenção da rotatividade, pois imprime um novo dinamismo e traz benefícios. A Dra. Manuela de Andrade Faria, representante do Tribunal de Contas da União em São Paulo, fez algumas considerações referentes aos pontos positivos obtidos pelo Fórum. Comentou que o Fórum é um ambiente democrático e que os objetivos estão sendo alcançados na luta pelo combate à corrupção. Por esse motivo considera que a rotatividade na gestão da Secretaria Executiva produz mais benefícios do que malefícios, propondo uma gestão de 02 (dois) anos e acrescentou que é importante ter um prazo para a passagem da gestão para outra instituição, com aviso de pelo menos de 06 (seis) meses de antecedência ou que a supracitada gestão se fixe em uma instituição. Tomando a palavra, o Secretário Executivo do FOCCOSP,



Dr. Wagner de Campos Rosário solicitou que o assunto seja tratado na próxima reunião plenária, a fim de que haja um amadurecimento da questão em tela. Expôs ao colegiado a realidade em que se encontra a Controladoria Geral do Estado no presente momento e salientou que existem metas a serem alcançadas pela sua gestão, principalmente no tocante à reestruturação e fortalecimento do órgão. Daí a importância e necessidade da passagem da gestão da Secretaria Executiva do FOCCOSP para outra instituição. Fez reflexões para avaliar se, dentro das atividades e interações do colegiado, houve avanço para construir soluções para os problemas do Estado de São Paulo, como, também, abordou a questão da rotatividade entre os órgãos integrantes ou a fixação da gestão da Secretaria Executiva do FOCCOSP em um órgão independente. Então solicitou ao colegiado que conversem com seus dirigentes máximos e retornem na próxima plenária com uma decisão sobre o assunto. Sugeriu que seja realizado um sorteio entre os órgãos que ainda não tiveram a oportunidade de assumir a gestão da Secretaria Executiva e, considerando que assumir gestão por um ano é um período muito curto, reforçou que esses temas (órgão fixo ou rotatividade e tempo de mandato) sejam discutidos na próxima plenária. A Dra. Bibiana Helena Freitas Camargo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, indagou se não seria o caso de já definir se será órgão fixo ou se ocorrerá a alternância entre os órgãos, para economizar tempo. Mencionou que concorda com a ideia ofertada pelo Dr. Bruno Venturoso, representante da Polícia Civil do Estado de São Paulo, de criar uma estrutura nova, um órgão independente, separado dos órgãos integrantes do Fórum e que fique vinculado ao FOCCOSP, onde as instituições integrantes auxiliariam essa nova estrutura em todos os assuntos atinentes ao combate à corrupção. Ou seja, nenhuma das instituições estaria a frente da gestão do Fórum. O Secretário Executivo, mesmo concordando com a ideia, comentou da dificuldade dos representantes dos órgãos presentes em assumir a gestão e que mais difícil ainda seria convencer uma instituição que não estava ali presente a aceitar essa missão. E continuou dizendo que seria mais fácil envolver as instituições que estavam ali representadas. A Sra. Katia Regina Gomes Gatti concordou com a Dra. Bibiana de já votarem os pontos-chaves para serem levados e discutidos com seus superiores e sugeriu que a gestão da Secretaria Executiva fosse de 01 (um) ano, prorrogável por mais 01 (um) ano. Considerando todas as manifestações, o Dr. Antonio Carlos Santa Izabel, Corregedor da Controladoria Geral do Estado, em suas palavras fez uma releitura de todas as considerações apontadas e informou que seria feita uma síntese de todas as propostas apresentadas, juntamente com a ata, para que possam ser levadas aos dirigentes de cada órgão e, assim, discutir os referidos assuntos na próxima plenária. O Secretário Executivo perguntou ao colegiado quais instituições representadas gostariam que a Secretaria Executiva do FOCCOSP fosse fixa ou rotativa, para saber a tendência de votação futura. Os representantes da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Controladoria Geral do Município de São Paulo, FEBRABAN, COAF, MPSP e do TCESP se manifestaram acerca da fixação de uma Secretaria Executiva. A Dra. Manuela de Andrade Faria, representante do Tribunal de Contas da União, citando um exemplo de uma Secretaria Executiva Fixa como um órgão independente, considerou que pode ser uma situação delicada, caso esta venha a



apresentar algum problema de desempenho, ou não esteja correspondendo com os objetivos, pois pode ocasionar um problema relacionamento institucional. O Dr. Luiz Fernando Rodrigues Pinto Junior, Secretário Especial de Assuntos Eleitorais da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP, sugeriu conversar com o Sr. Fábio Prieto, Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, para que a instituição fornecesse a estrutura e, por consequência, seria realizado um revezamento com relação a coordenar as ações. Acredita que tendo essa estrutura fixa, pode-se fazer um revezamento de quem coordena as ações. Dessa forma vence-se o obstáculo e ao mesmo tempo resolve-se o problema de todas as instituições, deixando-as mais livres para assumir o debate jurídico e o reencontro das instituições, sem se preocupar com a estrutura, pois ela já estará pronta, por ser fixa. O Dr. Rodrigo Morello Alves, da Controladoria Geral do Município de São Paulo, se manifestou concordando que faz sentido a Secretaria Executiva do Fórum se fixe na Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, porém alegou que, se o órgão apresentar uma negativa do pedido, haverá a necessidade de manter o rodízio entre as instituições integrantes do Fórum. Também considera que, em se tornando um órgão fixo as questões administrativas seriam resolvidas com mais facilidade. Comentou que considera importante aprender com o exemplo da ENCCLA, onde as ações são sugeridas pela sociedade. Após as manifestações, o Secretário Executivo esclareceu, que no exemplo da ENCCLA, existe uma equipe administrativa que tem apenas como atribuição as demandas relativas ao trabalho desenvolvido. E isso não é o que acontece com os servidores da Controladoria Geral Estado, que além de suas atribuições, também tem como atribuição tocar as demandas do FOCCOSP, tais como: manter, organizar, fazer sites, responder aos e-mails, ressaltando que essas atividades têm uma operacionalidade intensa e precisam ser sempre monitoradas. Dessa forma, se propôs a conversar com o Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo sobre o assunto em tela e trazer uma resposta para a próxima plenária. Partindo para os assuntos gerais, o Dr. Antonio Carlos Santa Izabel discorreu sobre as reuniões que foram realizadas com os Coordenadores das 08 (oito) ações no decorrer do ano de 2022 até a presente data, onde chegou-se à conclusão de que, das 08 (oito) ações, 02 (duas) estavam efetivamente extintas por terem atingido o seu objetivo, sendo uma a “Expansão da Lei Anticorrupção em todos os Municípios Paulistas”, de competência e responsabilidade da própria Controladoria Geral do Estado, feita em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que deu todo o apoio e tinha inclusive sob sua responsabilidade a ação da capacitação. Informou que após conversas dos coordenadores com o Ex-Controlador Geral Estado, Dr. Pedro Rubez Jehá, foi apresentada a proposta da junção de algumas ações, já com os seus respectivos coordenadores definidos. Informou que das 06 (seis) ações que restaram, ficariam apenas 04 (quatro) ações objetivas, com entrega de produto e prazo determinado, além da periodicidade definida, para serem submetidas ao colegiado em plenária. Porém, com a transição da gestão da Controladoria Geral do Estado, essas discussões foram trazidas à plenária. Entretanto, com as novas propostas apresentadas, disse que será feito um encaminhamento formal da Secretaria Executiva para todos os dirigentes das instituições integrantes do Fórum.



A Dra. Giovana Apuzzo Zappala, da Controladoria Geral do Estado, comentou que o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção é um programa da Rede de Controle, que através de uma plataforma se consegue realizar um diagnóstico em tempo real da suscetibilidade dos órgãos das esferas: municipal, estadual e federal, que estão aderentes a esse programa de combate à corrupção e fraude visando aperfeiçoar os controles internos, funcionando como uma consultoria gratuita, onde se adotam determinados mecanismos e medidas de prevenção, que é o foco para 2023. Já em suas considerações finais, o Secretário Executivo, Wagner de Campos Rosário, disse que toda a discussão tem por objetivo buscar e selecionar ações que resultem em entregas claras e interessantes; que ganhe escala, através da articulação e colaboração entre as instituições. Agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião.